

CONTRADIÇÕES NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Tensões e disputas no caso de Florianópolis

**CONTRADICTIONS IN THE PRESERVATION
OF INDUSTRIAL HERITAGE**
Tensions and disputes in the case of Florianópolis

**Alisson Pazetto de Oliveira¹ e
Marina Toneli Siqueira²**

Resumo

O artigo discute a importância e as contradições que envolvem a preservação do patrimônio industrial nas cidades contemporâneas. Aborda como, após transformações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais que causaram a desvalorização das atividades industriais, processos de cenarização podem transformar seus espaços em produtos comercializáveis, diante de uma realidade influenciada pela espetacularização e pela lógica de mercado. Além disso, indo de encontro à sua instrumentalização pelo planejamento estratégico, explora a importância da preservação para além do invólucro físico, alertando para o risco de fomentar processos de apagamento gradual da memória coletiva, de elitização e de segregação socioespacial. O texto analisa as tensões existentes nas iniciativas de preservação e revitalização em Florianópolis, investigando o entorno da Ponte Hercílio Luz e os antigos bairros Estreito e Rita Maria. Conclui que a preservação do patrimônio deve equilibrar demandas contemporâneas com sua função social e cultural, garantindo a inclusão das diversas vozes e usos locais.

Palavras-chave: patrimônio industrial, memória coletiva, cenarização, espetacularização, revitalização urbana.

Abstract

The article discusses the importance and contradictions surrounding the preservation of industrial heritage in contemporary cities. It addresses how, following technological, political, economic, and social transformations that led to the devaluation of industrial activities, processes of theatricalization can transform these spaces into marketable products within a reality shaped by spectacularization and market logic. Furthermore, challenging its instrumentalization by strategic planning, it explores the importance of preservation beyond the physical envelope, warning of the risks of fostering gradual erasure of collective memory, elitization, and socio-spatial segregation. The text analyzes the tensions present in preservation and revitalization initiatives in Florianópolis, focusing on the area surrounding the Hercílio Luz Bridge and the ancient neighborhood Estreito and Rita Maria. It concludes that heritage preservation must balance contemporary demands with its social and cultural role, ensuring the inclusion of diverse local voices and uses.

Keywords: industrial heritage, collective memory, scenography, spectacle, urban revitalization.

Introdução

As cidades, suas edificações e as formas de vida que nelas habitam não são estáticas; são produtos históricos, moldados em condições específicas de desenvolvimento tecnológico, político, econômico e social. Ao analisar seus tecidos urbanos, é possível identificar camadas temporais que carregam valores materiais e simbólicos, os quais constituem o patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões. Essas camadas não existem de forma isolada e dialogam entre si com maior ou menor harmonia, de acordo com cada contexto, expondo tensões e conflitos entre passado e presente. Portanto, pensar não apenas na valorização e preservação do patrimônio, mas também na sua adaptação para novos usos, é uma questão relevante frente à sociedade contemporânea, marcada pela aceleração de fluxos econômicos, pelas mudanças nos padrões de consumo e pelas novas demandas sociais.

Partindo dessa premissa, a proposta deste artigo é discutir as contradições que envolvem o patrimônio, mais especificamente aquele de natureza industrial, analisando como processos de cenarização podem transformá-lo em um produto comercializável diante de realidades influenciadas pela espetacularização e pela lógica de mercado. Esse panorama suscita reflexões sobre como a valorização do patrimônio pode ser instrumentalizada de diferentes maneiras, ora reforçando seu valor cultural, ora servindo como base para interesses comerciais que não dialogam diretamente com sua preservação e/ou com os interesses das comunidades locais. Casos de reabilitação de antigas edificações industriais ilustram como sua estética pode ser utilizada para criar cenários de consumo e lazer de alto padrão.

Sob essa perspectiva, este artigo explora o caso de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Com a maior parte de seu território localizado em uma ilha de grande diversidade e fragilidade ambiental, a cidade não é conhecida popularmente pelo seu processo de industrialização. Ainda assim, o patrimônio industrial vem aparecendo como protagonista de projetos de *revitalização*³ e reabilitação, especialmente no entorno insular da Ponte Hercílio Luz e nos antigos bairros Estreito e Rita Maria. Sendo assim, a análise busca explorar como o patrimônio industrial vem sendo ressignificado em um contexto de crescente pressão imobiliária e turística na cidade, destacando os impactos socioespaciais dessa transformação e questionando até que ponto a valorização do patrimônio industrial contribui para a manutenção da memória coletiva ou, ao contrário, para sua instrumentalização em favor de interesses econômicos.

Para tanto, este texto está estruturado em quatro seções. Na primeira, será discutido o conceito de patrimônio de maneira ampla, avançando até o patrimônio industrial e sua relação com a memória coletiva e a identidade cultural. Na segunda, serão analisados os processos de banalização e espetacularização que transformam o patrimônio em mercadoria na cidade contemporânea, especialmente aquele de natureza industrial. A terceira se concentrará no caso de Florianópolis, explorando as tensões existentes nas iniciativas de *revitalização* e reabilitação no entorno insular da Ponte Hercílio Luz e nos antigos bairros Estreito e Rita Maria. Por fim, será apresentada uma reflexão sobre os desafios e possibilidades de uma preservação do patrimônio industrial que dialogue de

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Arquiteto e Urbanista pela Universidade do Estado de Santa (UDESC/2018). Email: alisson.pazetto@gmail.com

² Professora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Planejamento Urbano e Políticas Públicas pela University of Illinois (2014). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP/2008). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2005). E-mail: marina.siqueira@ufsc.br

³ O termo “revitalização” é empregado neste texto conforme sua utilização na literatura e nos projetos urbanos brasileiros. Assim, é necessário esclarecer que ele pode ter implicações e conotações controversas por implicar que o espaço pode não possuir mais vida, mas de fato comportar práticas locais que não estão de acordo com um certo imaginário idealizado para o lugar.

forma equilibrada com as demandas contemporâneas, sem perder de vista sua função social e cultural.

O patrimônio industrial como lugar de memória

A construção do conceito de patrimônio cultural tem raízes historicamente ligadas a dois temas frequentemente associados: a memória coletiva e a identidade. Entre outros elementos, ele é composto pelos monumentos arquitetônicos, sítios arqueológicos, práticas, saberes e tradições, capazes de estabelecer uma conexão com o passado e contribuir de maneira significativa para a sustentação da memória coletiva e da identidade de grupos sociais. Essa qualidade, entretanto, não é fixa, uma vez que ele está em constante diálogo com as mudanças sociais, políticas e culturais que dão forma às comunidades. Por isso, a noção de patrimônio cultural tem sido ampliada e, por vezes, ressignificada, incorporando novas dimensões e adjetivos que refletem a complexidade das relações entre cultura, história e sociedade.

A memória, entendida como uma habilidade mental que depende de processos cognitivos complexos, contribui para que as lembranças não sejam totalmente perdidas. Por outro lado, a memória coletiva ultrapassa o limite individual e é construída a partir de uma dinâmica social que alimenta a identidade de um grupo, sendo essencial para a sua coesão e continuidade. Além de ser uma ferramenta para preservar memórias do passado, como veremos ao longo deste artigo, constitui-se também como um instrumento de poder que pode ser manipulado, o que demonstra a importância da sua democratização para a promoção e valorização de memórias não oficiais e locais (Le Goff, 1990).

A ideia de memória coletiva é reforçada por Assmann (2008), para quem, no nível cultural, a memória é institucionalizada e armazenada em formas simbólicas estáveis capazes de atravessar muitas gerações. São coisas que, apesar de não possuírem lembrança própria, podem desencadeá-las por carregarem memórias que são atribuídas às mesmas: “coisas como pratos, festas, rituais, imagens, histórias e outros textos, paisagens e outros ‘lugares de memória’” (Assmann, 2008, p. 111, tradução nossa). Portanto, elementos físicos e simbólicos, investidos de valor, atuam como suportes que fortalecem vínculos emocionais e contribuem diretamente para a construção e preservação da memória coletiva. Tais suportes não fazem parte de um cenário passivo, mas estão ativamente ligados à sua formação e manutenção, pois carregam significados que são compartilhados por grupos inteiros. Lugares como igrejas, mercados ou ruas tornam-se repositórios de lembranças compartilhadas que ajudam a manter a continuidade histórica e cultural, mesmo em meio a mudanças sociais e temporais (Halbwachs, 1990).

Para Nora (1984), os lugares de memória existem em dois planos — simples e complexo, natural e artificial — e funcionam em três dimensões que, mesmo em diferentes proporções, estão sempre presentes: material (física), simbólica (com significado) e funcional (com um propósito). Ou seja, para que algo seja reconhecido como um lugar de memória é essencial a *vontade de memória* e a intenção de preservar e transmitir lembranças. Sem essa intencionalidade, esses lugares se tornam apenas parte da história, sem o caráter emocional e simbólico associados a eles. Assim como Le Goff (1990), o autor argumenta que a memória coletiva é dinâmica porque está ligada a grupos vivos e em constante evolução, enquanto que a história se limita a uma representação incompleta do passado. Por esse motivo, com o declínio de algumas sociedades tradicionais e do sentimento de coletividade, os lugares de memória passaram a assumir formas físicas (edificações, arquivos, museus, monumentos, etc) e simbólicas (datas especiais e outros rituais), por meio das quais a memória se

cristaliza e se refugia, servindo para lembrar, preservar e transmitir a memória em um mundo onde (talvez) ela não exista mais de forma espontânea.

Sob essa perspectiva, o patrimônio cultural assume um papel de lugar de memória, tornando possível a materialização de bens e a manifestação de práticas que, revestidos de referências culturais e históricas, contribuem para manter a identidade de um grupo ao longo do tempo. Ao conservar edifícios, sítios, monumentos e práticas, é possível perpetuar valores, narrativas e significados compartilhados que são capazes de conectar gerações e resistir a mudanças sociais. Sua relevância está não apenas na representação de um passado, mas também em sua capacidade de estabelecer uma ligação entre o que foi, o que é e o que pode vir a ser, contribuindo para a coesão social e a continuidade cultural em uma sociedade em constante transformação. Assim, o próprio conceito de patrimônio pode e vem sendo ressignificado de acordo com alterações temporais e espaciais, seguindo sistemas políticos, econômicos, culturais e técnico-científicos contextuais.

Segundo Choay (2014), inicialmente o termo patrimônio estava ligado a estruturas familiares, econômicas e jurídicas, mas ganhou novos significados, especialmente com a adição do adjetivo histórico. Essa noção, que surgiu no Ocidente, expandiu-se globalmente a partir do século XIX e sofreu ampliações tipológicas, cronológicas e geográficas para além de sua dimensão privada, passando a representar também o passado coletivo de uma sociedade. Em um primeiro momento, o patrimônio histórico concentrava-se basicamente em vestígios da antiguidade, edifícios religiosos e castelos. Posteriormente, passou a incorporar um alargamento de sua definição, incluindo formas da arquitetura erudita ou manifestações vernaculares; localizações urbanas ou rurais; de caráter público ou privado; um único edifício singular ou um bairro, expandindo-se ainda ao incorporar obras de temporalidade mais recente, como as do modernismo do século XX.

Em vista disso, ao aprofundar essa dimensão do patrimônio, é preciso compreender o papel do monumento como um dos pilares das práticas patrimoniais. O termo deriva do latim e está relacionado a *monere*, que significa recordar; ou seja, evocar lembranças. Por isso, um monumento pode ser considerado qualquer elemento físico construído para ativar memórias com o intuito de preservá-las ou transmiti-las. Tratam-se de memórias que são cuidadosamente selecionadas por sua capacidade de desafiar o efeito corrosivo do tempo e de sustentar identidades, sejam elas étnicas, religiosas, nacionais, tribais ou familiares. Apesar de ainda estar efetivamente destinado a servir à memória das futuras gerações, o monumento, como ator guardião, passou a perder relevância e adquirir outros significados, traduzindo transformações culturais e sociais que enfatizam também valores estéticos e técnicos, seu prestígio e sua grandiosidade. Essa perda de status do monumento é atribuída por Choay (2014) à invenção de novas formas de lembrar, entre elas os impressos, os livros, as fotografias e os meios eletrônicos.

A partir das noções de Riegl, Choay (2014) ainda apresenta uma segunda categoria fortemente difundida na Europa: a do monumento histórico, reconhecido posteriormente como testemunho do passado que surge a partir da seleção de edifícios, sítios e objetos já existentes. Ele pode ser visto de duas maneiras diferentes, dependendo de como se relaciona com o tempo e a memória: como objeto de saber que contém um valor restrito a um entendimento histórico ou artístico, e como obra de arte, ligado à sensibilidade estética e ao *desejo de arte*. No entanto, Choay (Ibid.) aponta que o seu reconhecimento em nível global ainda é superficial pois, sem a compreensão da importância do tempo, da duração e da evolução da arte dentro de um contexto histórico, ele perde sentido.

Castriota (2009) ainda analisa a transição entre o monumento e o monumento histórico na modernidade, por meio da qual ocorre a extinção progressiva da sua função memorial. Ele, que estava ligado à intenção de evocar o passado, é substituído pela ideia de monumento histórico vinculado ao valor estético, histórico e artístico, preservado por sua relevância cultural, e não mais por sua capacidade de evocar memórias. Essa perspectiva, que se impôs globalmente, passou a refletir uma forma de dominação cultural a partir da qual alguns valores e práticas foram mantidos em detrimento de outros, o que evidencia mais uma vez que a identificação e preservação do patrimônio não são processos neutros e podem estar intimamente ligados a interesses políticos e ideológicos com a finalidade de legitimar o poder de certos grupos.

Mesmo no Brasil, onde processos de patrimonialização iniciaram muito mais tarde, Fonseca (2005) aponta que as políticas de preservação foram conduzidas por intelectuais que atuaram em favor das camadas cultas da sociedade, convertendo-as em valores universais, o que só passou a ser contestado após a década de 1970. Portanto, a revisão crítica e o alargamento do conceito de patrimônio histórico no país aconteceram conjuntamente ao reconhecimento de memórias e identidades que foram marginalizadas pela história oficial (como no reconhecimento do patrimônio popular), com a expansão de sua atuação de elementos individuais para conjuntos (como na preservação de distritos e paisagens) e na valorização de saberes, expressões e práticas da vida social de um grupo (como na concepção do patrimônio imaterial).

Nesse contexto de constante adaptação da forma de definição do patrimônio, as transformações socioeconômicas e tecnológicas do processo de industrialização trouxeram uma nova categoria contemporânea. Diferentemente do patrimônio cultural tradicional, que se concentrava em monumentos, sítios arqueológicos e práticas ancestrais, o patrimônio industrial passou a representar os vestígios materiais e imateriais ligados à era industrial, como fábricas e complexos fabris, máquinas, ferrovias e os conhecimentos técnicos associados à produção manufatureira. Esses elementos documentam avanços tecnológicos, transformações nas relações de trabalho e carregam memórias coletivas relacionadas à identidade de comunidades operárias, ao desenvolvimento urbano e aos impactos da industrialização na vida cotidiana das cidades.

Pela sua proximidade com a arqueologia industrial, Kühl (2010) adverte que o patrimônio industrial gera debates intensos, especialmente no que diz respeito às suas definições, ao recorte cronológico, aos bens que são compreendidos e aos problemas de preservação. A arqueologia industrial não constitui uma disciplina autônoma, mas sim um campo temático interdisciplinar que requer a integração de várias áreas do conhecimento. A autora destaca a ausência de referenciais teórico-metodológicos exclusivos a essa área de estudo e aponta uma confusão prática entre os termos *arqueologia industrial* e *patrimônio industrial*, frequentemente usados como sinônimos, com a predominância de um ou outro, variando conforme o contexto cultural.

A arqueologia industrial consolidou-se como o estudo das evidências materiais que documentam o impacto social, econômico e tecnológico da industrialização, em especial nos últimos 250 anos. Sua origem está associada à década de 1950 no Reino Unido, quando, diante de um cenário de intensa urbanização, emergiu a necessidade de registrar e preservar os vestígios da Revolução Industrial (Palmer; Neaverson, 1998). O patrimônio industrial, por sua vez, refere-se ao conjunto de vestígios físicos e culturais relacionados à industrialização que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Pesquisadores como Bergeron e Dorrél-Ferré (1996) defendem que o patrimônio industrial consiste:

[...] nos vestígios, mais ou menos bem preservados, de seu funcionamento e de sua inserção na paisagem ou na sociedade. Arquivos empresariais, paredes de fábricas, restos de infraestruturas ou ferramentas, coleções de produtos [...], impacto no meio ambiente, memória das últimas gerações de empresários ou trabalhadores: são todos elementos materiais ou lembranças que, atualmente, são amplamente reconhecidos como indispensáveis para escrever a história da indústria. Trata-se de uma história registrada não apenas em estatísticas, levantamentos e balanços contábeis, mas também no espaço tridimensional, na percepção de uma população, no cotidiano das pessoas (Ibid., p. 3, tradução nossa).

Portanto, embora ambos os conceitos estejam interligados, a arqueologia industrial se dedica à investigação do processo de industrialização em sua totalidade enquanto que o patrimônio industrial corresponde aos aspectos desse universo reconhecidos como relevantes para a preservação.

Em 2003 é realizada a consolidação deste reconhecimento do patrimônio industrial a partir da Carta de Nizhny Tagil, elaborada pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) e ratificada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). No entanto, iniciativas de preservação do patrimônio industrial passaram a surgir na América Latina apenas nas últimas décadas devido ao desaparecimento de símbolos da memória nacional como fábricas, armazéns, engenhos de açúcar e estruturas da atividade mineradora. No Brasil, embora iniciativas como o tombamento da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (São Paulo), em 1964, tenham representado avanços (Meneguello, 2013), destaca-se que muitas dessas estruturas reconhecidas como patrimônio industrial não foram originalmente tombadas com esse propósito. Na maioria dos casos, o interesse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) estava voltado para a valorização da arquitetura colonial ou para a relevância histórica desses locais no processo de formação do Estado Nacional, e não necessariamente para sua conexão com a industrialização (Rosa, 2011).

As primeiras pesquisas de fato acerca do tema no país iniciaram na década de 1980, sendo que um dos marcos iniciais foi o 1º Seminário Nacional de História e Energia em São Paulo de 1986, que buscou fomentar discussões sobre o patrimônio industrial. Contudo, isso não foi suficiente para consolidar estudos que articulassesem patrimônio, arqueologia e cultura. Assim, a temática voltou a ganhar relevância somente entre 2002 e 2004 com a criação do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil), que marcou um novo momento de inserção do Brasil nas discussões globais e no reconhecimento desse legado. Essa evolução fortaleceu a relação entre patrimônio, cultura e identidade, com destaque para o vínculo entre pesquisa, memória, políticas públicas e o impacto do turismo no seu reconhecimento e valorização (Meneguello, 2013; Silva, 2019).

De fato, após a institucionalização do TICCIH-Brasil em 2004, observou-se um crescimento significativo no número de pesquisas relacionadas ao patrimônio industrial, especialmente entre 2010 e 2015, período que coincide com a elaboração dos Princípios de Dublin⁴ e com a realização de encontros nacionais e internacionais sobre a temática. No entanto, no que diz respeito às produções acadêmicas desse período, Silva (2019)

⁴ Os Princípios de Dublin definem parâmetros que orientam a documentação, compreensão, proteção, conservação e valorização das estruturas do patrimônio industrial, assim como os sítios, áreas e paisagens industriais que incluem valores sociais e culturais.

e Kühl (2010) ressaltam a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico interdisciplinar nos estudos sobre o patrimônio industrial. Ambos concordam que a sua preservação deve ser embasada em princípios que considerem não apenas sua dimensão material, mas também seu impacto na identidade social e nas dinâmicas territoriais. Nesse sentido, Kühl (2010) observa que, embora haja essa multiplicação de estudos sobre complexos industriais e tipologias específicas, eles frequentemente se limitam a análises monográficas ou descriptivas. Ainda falta uma abordagem integrada, que explore a inserção desses bens no espaço e no tempo, suas relações com a estruturação urbana e territorial, e suas conexões com aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, evitando ações imediatistas ou desconectadas do significado cultural do patrimônio:

O que seria, por exemplo, de Bananal sem a sua estação, de São Paulo sem o Viaduto Santa Ifigênia, de Paris sem a Torre Eiffel? O que importa não é unicamente a lógica do objeto em si, mas como esse objeto insere-se e é apreendido numa dada realidade – historicamente estratificada – física, cultural, social, cultural, etc. (Kühl, 2010, p. 29)

Nessa mesma direção, Meneguello (2013) enfatiza que o patrimônio industrial não deve ser reduzido a meros edifícios ou objetos, mas também deve abranger a transmissão do saber técnico e as relações sociais e culturais associadas ao trabalho. Ele contribui para esclarecer as conexões entre homens, mulheres, máquinas e modos de produção, revelando outras dimensões ligadas às tradições, às identidades compartilhadas e à formação de grupos que podem extrapolar o espaço físico das fábricas. Sem a compreensão dessas dimensões e dos usos originais dos edifícios, essas estruturas tornam-se apenas invólucros desprovidos de significado. Mais recentemente, a Carta de Sevilha do Patrimônio Industrial (2019) veio trazer novas complementações nesse sentido ao chamar a atenção, entre outros pontos, para “o aumento da conscientização cidadã para a manutenção e conservação do Patrimônio Industrial como parte essencial da memória coletiva” e para “o valor cultural dos testemunhos materiais e imateriais vinculados às atividades produtivas” (Ibid., p. 11, tradução nossa). No entanto, para além da necessidade de valorização cultural frente a processos de descaracterização, abandono e perda, o patrimônio histórico industrial vem chamando atenção também por sua apropriação enquanto atrativo em um contexto de empresariamento e competição urbana.

O patrimônio industrial como mercadoria na cidade contemporânea

O processo de patrimonialização contemporâneo expõe um fenômeno contraditório: ao mesmo tempo em que busca preservar e celebrar o passado, muitas vezes o reduz a um recurso voltado às demandas do presente. Hartog (2013) sugere que o atual *fervor* pelo patrimônio pode ser reflexo de uma crise de temporalidade na qual o presente domina as narrativas, subordinando a história a um instrumento superficial e esvaziado de projeções para o futuro. Nesse cenário, o patrimônio assume o papel de objeto de consumo do passado, servindo mais como um espetáculo, recurso econômico ou símbolo desprovido de significado, do que como um meio de compreender a continuidade histórica de uma sociedade e seu presente.

Essa tendência de transformar o patrimônio em um bem de consumo está inserida em um contexto mais amplo de mudanças no uso e na gestão do espaço urbano. Castriota (2009) aponta que, a partir dos anos 1980, concomitante ao surgimento de políticas de preservação e conservação de áreas urbanas, amplia-se a perspectiva de que os financiamentos para sua manutenção não poderiam depender exclusivamente

de fundos públicos. Resta claro que essa alteração na percepção acerca dos agentes e recursos envolvidos nas práticas de preservação e conservação não estão isoladas, mas fazem parte de um contexto mais amplo de transformações econômicas, políticas e sociais que geram uma nova percepção no que diz respeito às funções do Estado (Harvey, 2008a e 2008b). Segundo Brenner e Theodore (2002), isso não significa o seu fim, mas sim a sua diminuição em certas áreas para aumentar a sua *eficiência* e o seu direcionamento para setores considerados mais *competitivos*.

No caso das políticas patrimoniais, o Estado deixou de se limitar a impor restrições a descaracterizações e passou a coordenar projetos de desenvolvimento para essas áreas que envolvem sua preservação, conservação e *revitalização*. A partir desse momento, deixou de se tratar apenas da identificação e delimitação de áreas de conservação, mas de desenvolver planos abrangentes para esses setores da cidade. Isso passou a exigir não somente medidas administrativas, mas também um complexo conjunto de instrumentos legais. Efetivamente, surgiram novos métodos de planejamento que buscaram criar estratégias de cooperação entre o setor público e privado, incluindo a transferência de recursos e a redefinição de papéis na gestão urbana. Por isso, a descentralização das decisões e a multiplicidade de atores envolvidos são vistos agora como essenciais para a formulação das políticas públicas, representando também um desafio significativo para compreensão das interações entre o Estado e a sociedade civil (Castriota, 2009).

Sob essas circunstâncias, o patrimônio e a cultura passaram a ser utilizados como ativos estratégicos que servem de meio para reforçar o patriotismo cívico e promover a imagem da cidade como uma mercadoria desejável em um contexto voltado para a atração de investidores, moradores e turistas. Eles, que foram concebidos como suporte da identidade política e social, passam a ser instrumentalizados para a promoção da cidade como um produto disputado a partir do planejamento estratégico, competitivo ou empresarial (Vainer, 2002). Arantes (2002) e Jacques (2008) reforçam essa questão ao observar a simbiose entre cultura e capital no sistema capitalista contemporâneo. Esse processo, associado à expansão da urbanização, contribui para a espetacularização das cidades, que passam a ser planejadas mais para o consumo e o turismo do que para atender às necessidades de seus habitantes. A partir dessa perspectiva, multiplicam-se as análises acerca da *morte* de certos lugares enquanto as propostas de *revitalização* chocam-se diretamente com seus usos e usuários contemporâneos e evidenciam o contraste entre a vida atual (o presente) e a projetada (o futuro).

A espetacularização dos espaços também é entendida por Costa (2012) como uma consequência direta das políticas adotadas para enfrentar os problemas físicos, sociais e econômicos de áreas urbanas históricas consideradas degradadas. Ele destaca como práticas de renovação, requalificação, *revitalização* e refuncionalização têm sido empregadas nesse contexto, resultando na ressignificação das cidades, ou de partes delas, por meio da patrimonialização global. Esse fenômeno é descrito pelo pesquisador como:

[...] o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação (Ibid., p. 89).

Essas ações, embora lideradas pelo Estado, operam sob a influência do capital e de lógicas privadas, resultando na valorização de setores específicos da cidade e na criação de cenários urbanos que podem impactar a memória cultural local.

Nesse sentido, Peixoto (2004) explica que a banalização e a cenerização tendem a representar uma cidade idealizada que não necessariamente corresponde à experiência cotidiana dos residentes e à realidade urbana, mas sim a obras de arte transformadas em objeto de consumo. Elas se tornam imagens metonímicas da cidade que funcionam como um cartão de visita, onde a parte embelezada é tomada como um reflexo do todo, sem promover de fato uma identidade viva e compartilhada. Foi essa extensa disseminação do consumismo que contribuiu para a difusão de um supermercado cultural e para a desvinculação das identidades, como argumenta Hall (2006):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas — desalojadas — de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente” (Hall, 2006, p. 75).

Essa intensificação do uso da cultura e sua apropriação enquanto mercadoria inserem-se em uma cenário de inovações tecnológicas, transformações políticas e econômicas, além de novos padrões sociais com profundos impactos nas cidades. Por um lado, existe um processo de reconfiguração produtiva com maior mobilidade de capital em escala global, processos de desindustrialização e industrialização, e altas taxas de lucratividade advindas de setores da tecnologia, comunicação, finanças, mercado imobiliário, comércio e serviços que se unem ao papel do Estado mais como agenciador de negócios do que como promotor de direitos cidadãos (Harvey, 2008b). Por outro, novos padrões de consumo e lazer, demandas por maior liberdade e valorização de identidades culturais, bem como alterações demográficas e de composição familiar, produziram um retorno às cidades ou um *zeitgeist* urbano (Arantes, 2002). Nesse contexto, a cultura pode se tornar um dos mais poderosos meios de reestruturação do espaço urbano.

Um exemplo amplamente discutido em pesquisas acadêmicas, que representa bem essas questões no final da década 1970, é o caso da *revitalização* do Harborplace, em Baltimore. O projeto de transformação da área portuária — originalmente um local de atividade econômica intensa, voltado para a produção e circulação de mercadorias — em um espaço voltado para o consumo e o turismo, incluiu a construção de estruturas como aquários, centros de ciência, hotéis e marinas. O objetivo era utilizar o espetáculo e a teatralidade gerados pela mistura de estilos, da história, da ornamentação e da diversificação de superfícies para criar uma “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de *jouissance*”, nas palavras de Harvey (2008a, p. 91). No entanto, vale ressaltar que Baltimore não foi um caso isolado, sendo acompanhada por cidades como São Francisco, Nova Iorque e Londres, que foram alvos de campanhas voltadas à criação de projetos e à construção de imagens positivas de si mesmas, em um contexto de competição impulsionada pela desindustrialização e por políticas de reestruturação urbana que priorizaram o desenvolvimento de seus centros financeiros, distritos históricos e espaços de consumo e de entretenimento (Ibid, 2008).

Essa questão também se mostra aprofundada em estudos de caso contemporâneos em cidades tão diversas quanto Hong Kong (Barber, 2020), Paris (Weissheimer, 2022), Chicago (Grevstad-Nordbrock; Vojnovic, 2019), Guanajuato (Escobedo, 2017), Santiago (Palacios, 2019) e Salvador (Mourad; Figueiredo; Baltrusis, 2014). Mesmo que com enfoques e resultados diversos, esses estudos destacam a tendência de empregar a *revitalização* e a reabilitação de áreas históricas como estratégia de promoção das cidades a fim de torná-las lucrativas e atrativas para diversos setores, como comércio, turismo, artes, cultura e habitação. Contudo, essa prática pode resultar no aumento

significativo dos preços imobiliários, na transformação do comércio para atender a uma clientela mais privilegiada e na conversão do patrimônio em mercadoria, até mesmo em unidades para aluguel temporário em plataformas digitais. Ao ser tratado como um produto, o patrimônio perde sua função social e histórica para refletir a lógica da lucratividade econômica.

O patrimônio industrial, em particular, enfrenta desafios singulares dentro desse contexto de mercantilização porque, além da questão material, envolve dimensões estruturais do processo de transformação política, econômica e social contemporâneo. Como ressaltam Ferreira (2021), Kühn (2021), Meneguello (2021) e Rovai (2021), existe ainda a sua dimensão histórica e afetiva ligada às memórias do trabalho e às identidades coletivas daqueles que vivenciaram sua experiência, sua ligação com os modos de organização da produção do espaço, a transmissão dos saberes, as condições de trabalho e as lutas e conquistas associados a ele. No entanto, muitas vezes, a reabilitação dessas estruturas se reduz à produção de referências simbólicas que se contentam em criar apenas a representação pública de uma *espessura do tempo* (Jeudy, 2006), que funciona mais a serviço do consumo do passado, do que de sua própria compreensão. Isso acaba esvaziando o potencial desses espaços como lugares de memória, de vivência e de reflexão, transformando-os em cenários distantes das complexidades e das narrativas que lhes deram origem.

Essa dinâmica pode ser observada através do fenômeno de *loft living*, discutido por Zukin (1982) já nos anos 1970, antes mesmo das discussões mais recentes acerca de sua ampliação para outros contextos. Iniciado em Nova Iorque, mas rapidamente difundido em cidades como Amsterdam, Londres e Boston, esse movimento consistiu na conversão de antigos espaços industriais, como fábricas, armazéns e oficinas, em *lofts* residenciais. Em um primeiro momento, essas novas residências foram ocupadas por artistas que buscavam espaços amplos a preços acessíveis. Apesar das adaptações de uso, foram mantidas características arquitetônicas que eram marcantes nesse tipo de construção, incluindo os pisos de madeira, os tijolos à vista, pés direitos altos e os elementos metálicos da estrutura e esquadrias. Com o tempo, o que começou como uma solução de moradia acessível, transformou-se em um novo modelo de habitação impulsionado pelo mercado imobiliário e apoiado pelo Estado, marcando a valorização da estética industrial como símbolo de um estilo de vida sofisticado e alternativo. Como aponta a autora, essa transformação não foi apenas arquitetônica, mas também social e econômica, resultando em processos de gentrificação que expulsaram pequenos negócios e trabalhadores dessas áreas e deram lugar a uma nova elite urbana que valorizava a estética do passado: “Os lofts passaram de locais onde a produção ocorria para itens de consumo cultural” (Ibid., p. 3, tradução nossa).

Ainda que o fenômeno da gentrificação seja objeto de discussões que ultrapassam o âmbito do patrimônio devido à sua complexidade teórica e empírica (Geveh; Berti, 2017; Lees, 2019), ele aparece aqui como um pano de fundo que reforça os efeitos socioeconômicos da estetização industrial. Isso porque, como defendido por Siqueira (2014), muitos estudos não abordam diretamente os desafios teóricos associados à utilização do conceito em realidades diferentes daquelas em que foi originalmente desenvolvido. De todo modo, a gentrificação pode ser entendida como o “processo de redesenvolvimento urbano que acarreta na elitização socioespacial” (Ibid., p. 392), o que contribui para a compreensão das transformações urbanas associadas ao patrimônio industrial em um contexto de planejamento estratégico das cidades. Cabe destacar que nem todo processo de patrimonialização gera gentrificação. Mas, a instrumentalização mercadológica do patrimônio pode gerar a transformação social e a expulsão de grupos vulneráveis identificados com processos de gentrificação.

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo, 2021. Fonte: Google Earth, 2025. Adaptado pelos autores.

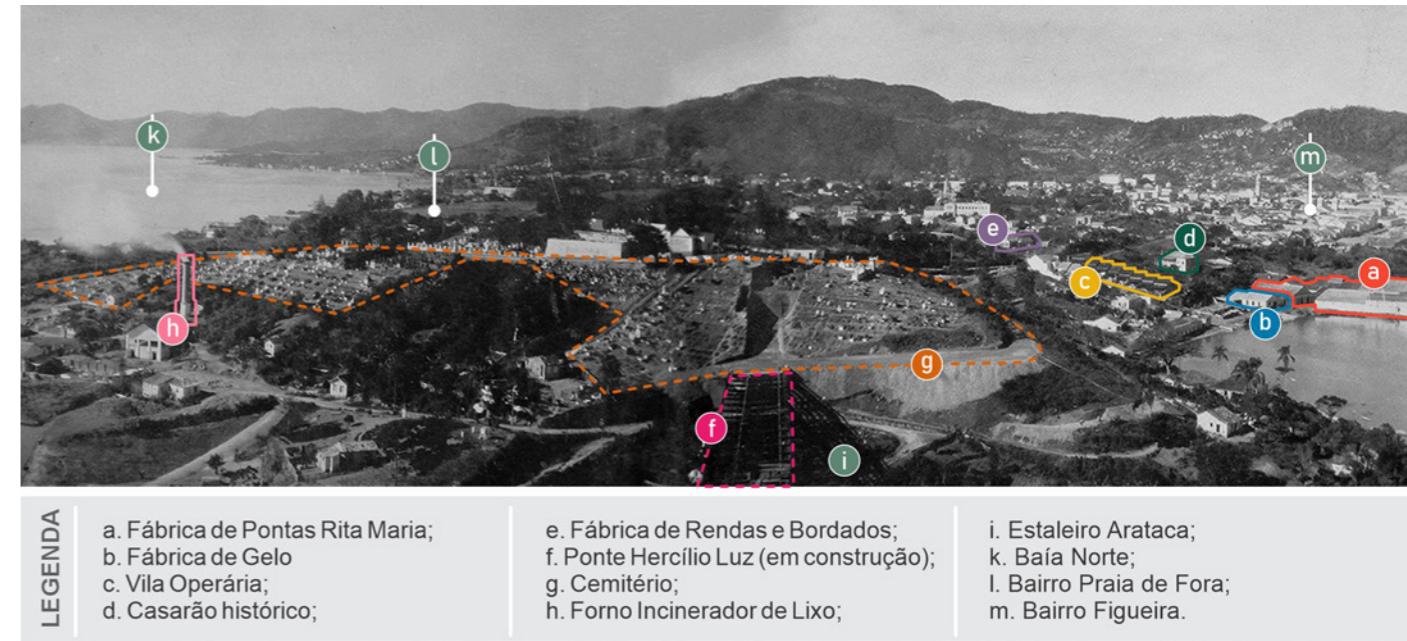


Por fim, altamente relacionado aos movimentos contemporâneos de revalorização estética do patrimônio industrial, ainda vale a pena mencionar o conceito de *Industrial Cool* introduzido por Willim (2008). Trata-se de uma abordagem que usa da estetização do passado industrial, reconhecido como marco a ser preservado pela sua autenticidade histórica, para oferecer experiências emocionais e sensoriais comodificadas. O autor também evidencia o que chama de economia da experiência, baseada na mercantilização de emoções, nostalgia e valores culturais, que revela a tensão existente entre a reutilização material dessas estruturas para fins como restaurantes gourmets, cafés e lojas, e a desconexão simbólica que frequentemente acompanha essas adaptações. As memórias sociais e históricas ligadas às práticas industriais acabam se diluindo em favor de uma narrativa que valoriza o espetáculo e a teatralidade criada através do apelo nostálgico e exótico da arquitetura industrial, ignorando as condições sociais e econômicas que moldaram o próprio patrimônio. Como destaca Zukin, “só quem não conhece o vapor e o suor de uma fábrica de verdade pode achar o espaço industrial romântico ou interessante” (Ibid., p. 51, tradução nossa).

O caso de Florianópolis: disputas na preservação do patrimônio industrial

A cidade de Florianópolis, capital catarinense, tem experimentado transformações urbanas significativas impulsionadas pelo aumento do fluxo de turistas, imigrantes e investimentos, os quais exercem forte pressão sobre seu ambiente natural, seu mercado imobiliário e seu patrimônio histórico. Nesse contexto, este estudo busca analisar as recentes iniciativas de revitalização e reabilitação, com destaque para as tensões da espetacularização e da cenarização do patrimônio industrial, bem como seus possíveis desdobramentos socioespaciais, especialmente na área que abrange a Ponte Hercílio Luz, seu entorno insular e suas estruturas portuárias e fabris nos antigos bairros do Estreito e Rita Maria (Figura 1).

A história da antiga Nossa Senhora do Desterro é marcada pelo desejo de modernização. Os primórdios de sua formação e crescimento remetem à importância de sua zona portuária no sistema colonial e ao desenvolvimento da agricultura de



subsistência, da pesca e do comércio (Veiga, 2010). Desempenhando um papel central na administração e na vida política do estado, sua industrialização não foi tão expressiva como em outras cidades catarinenses, como Joinville e Blumenau. Ainda assim, o patrimônio industrial da cidade é um testemunho importante da sua história econômica e social, marcada por um desenvolvimento tardio, mas ainda assim significativo do ponto de vista das dinâmicas urbanas locais.

Mesmo com sua fundação em 1673, a consolidação do tecido urbano e o avanço rumo a uma industrialização mais expressiva ganharam força apenas no século XIX. Durante esse período, pequenas fábricas e oficinas começaram a surgir na área central, próximo ao continente, nos antigos bairros Estreito e Rita Maria, favorecidos pelas condições topográficas e pela proximidade com o antigo porto. A região já contava com marcos e equipamentos urbanos importantes, como o Forte Santana e o Cemitério Municipal. Contudo, foi entre o final do século XIX e início do século XX que a atividade industrial se intensificou de forma mais significativa, impulsionada especialmente pela inauguração da Fábrica de Pontas Rita Maria, em 1986:

Sua instalação, divulgada entusiasticamente pelos jornais da época como uma das iniciativas mais relevantes no campo industrial da Capital, repercutiu no cenário político, econômico e social de todo o Estado de Santa Catarina. Aliada à fábrica de bordados, do mesmo empresário, Carl Hoepcke, ela veio incrementar a produção industrial da cidade, movimentando as atividades portuárias e criando uma empresa de navegação local (Veiga, 2010, p. 265).

O complexo industrial e portuário de Carl Hoepcke, de fato, consolidou-se como um polo econômico. A Fábrica de Pontas Rita Maria utilizava tecnologia importada, uma infraestrutura avançada para a época, e possuía um sistema de transporte próprio sobre trilhos. Além dela, os bairros Estreito e Rita Maria (Figura 2) abrigavam a Fábrica de Gelo, a Fábrica de Rendas e Bordados, o Estaleiro Arataca e as instalações da Empresa de Navegação. Outras fábricas menores, embora pouco documentadas, também desempenharam um papel relevante no cenário industrial municipal, como foi

Figura 2 - Perspectiva dos antigos bairros Estreito e Rita Maria, 19(23-25). Fonte: Facebook (Jornal do Mercado Público de Florianópolis), 2024. Corrigida e adaptada pelos autores.

o caso das fábricas de cerveja de Daniel Krapp e Antonio Freyesleben, de preparação de peixe em lata, de massas alimentícias, os engenhos para beneficiamento de farinha, arroz e café, e as oficinas de carpintaria, marcenaria, tanoaria, funilaria e tornearia. A atividade portuária desenvolvida nesse local, mesmo tendo sido posteriormente limitada por questões de infraestrutura, foi igualmente fundamental para o desenvolvimento da cidade ao impulsionar o comércio e a exportação desses e de outros produtos (Veiga, 2010).

O século XX foi marcado por uma expansão urbana ainda mais intensa e por uma crescente demanda por moradia. O surgimento das indústrias, o comércio e o funcionalismo público fomentaram um processo de adensamento da cidade e aumentaram a pressão contra a criação e permanência de cortiços na área central. A Avenida Hercílio Luz, por exemplo, foi palco de processos de expulsão da população empobrecida, que passou a ocupar os morros da cidade. Uma outra parcela dos trabalhadores organizou-se em vilas, como aquela presente na Rua Hoepcke, localizada estrategicamente próxima ao complexo industrial e portuário da família de mesmo nome, no bairro Rita Maria, representando uma nova forma de organização habitacional, mais estruturada e padronizada, e diretamente vinculada ao trabalho na indústria (Veiga, 2010).

Essa paisagem industrial ganhou um novo elemento entre os anos de 1910 e 1914 com o Forno Incinerador de Lixo, refletindo as preocupações com higiene e saneamento que caracterizaram o início do século XX. O equipamento urbano destacava-se por sua volumetria singular, enquanto sua vizinhança ainda era pouco habitada, contando apenas com algumas casas próximas à praia, ao estaleiro Arataca e à própria vila operária da Rua Hoepcke. Esse relativo isolamento seguia uma lógica de direcionamento daquelas atividades consideradas insalubres ou incômodas ao centro urbano para as áreas periféricas e depreciadas (Sugai, 2002; Veiga, 2010).

Todavia, a presença do cemitério em específico passou a ser fortemente questionada ainda no século passado. Um relatório do Presidente da Província apontava para o aspecto lúgubre que ele imprimia à capital, já que era a primeira perspectiva dos viajantes que chegavam pela baía. Além disso, destacava os riscos que o local oferecia à saúde pública e ao fornecimento de água aos navios, em razão das vertentes que existiam nas proximidades. Apesar desses argumentos, a transferência do cemitério para o bairro do Itacorubi só se concretizou em 1925, quando a área passou por uma significativa reconfiguração para a implantação dos eixos viários que dariam acesso à Ponte Hercílio Luz (Sugai, 2002; Veiga, 2010). A ponte, como observa Sugai (Ibid.), foi estabelecida com as justificativas de fortalecer a cidade de Florianópolis como capital do estado — já que outras cidades reivindicavam a sua transferência para o interior — e de lidar com a dificuldade de seu desenvolvimento econômico decorrente da ausência de uma ligação rodoviária com a área continental. No entanto, a autora também conclui que ela acabou atendendo aos interesses dos setores fundiários e imobiliários em sua expansão, tanto na ilha, como no continente.

Em decorrência disso, a cabeceira insular da ponte, que até aquele momento servia aos equipamentos urbanos, às indústrias, às atividades portuárias e à população mais pobre, tornou-se um local de tensões. Antes desprestigiada, transformou-se na entrada da ilha e passou a sofrer pressões para a remoção e transferência dessas atividades que, em parte, eram sustentadas pela hegemonia do transporte marítimo. Aliada à sua substituição pelo transporte rodoviário e ao fato de o porto já não oferecer condições adequadas para atender aos calados mais profundos das novas embarcações, a área passou a perder seu valor econômico e estratégico. Aos poucos, conforme ocorriam investimentos e a valorização do entorno, essas funções foram sendo deslocadas para outros locais, abrindo espaço para novas ocupações e usos do solo (Ibid.).

Concomitante às novas demandas do setor imobiliário e das elites locais e à gradativa redução das atividades industriais e portuárias, a década de 1950 marcou uma nova fase de intervenções que objetivavam redefinir o sistema viário florianopolitano. Nesse contexto, os aterros, as pontes e as demais obras rodoviárias ganharam destaque como principais estratégias, especialmente nas áreas norte e sul da região ilustrada na Figura 1. A Avenida Beira Mar Norte foi uma das principais realizações desse período, conectando a cabeceira da Ponte Hercílio Luz à orla norte e consolidando a beira-mar e os balneários ao norte como espaços residenciais e de lazer voltados às elites. A Avenida Beira Mar Sul, concebida como uma extensão natural da Beira Mar Norte, só ganhou forma a partir da década de 1970, integrando-se a um plano para consolidar Florianópolis como centro administrativo e turístico (Ibid.). Além dessas duas grandes avenidas, destaca-se também a construção das duas novas pontes que passaram a conectar a ilha e o continente, Colombo Salles (1975) e Pedro Ivo Campos (1991).

Essas intervenções não apenas afastaram de vez o centro urbano de suas atividades tradicionais ligadas ao mar⁵, mas também contribuíram para o abandono da Ponte Hercílio Luz: “a Ponte Velha, por falta de manutenção, estava ameaçada de cair”, relata Agostinho (2008, p. 176). Por essa razão, em janeiro de 1982, o governo do estado de Santa Catarina proibiu o tráfego de veículos e pedestres e chegou a considerar, como uma das soluções do problema, o seu desmonte completo. No entanto, a ideia da demolição revelou o lugar central que ela já ocupava no imaginário da população, que se mobilizou em defesa de sua preservação: “a ponte, produto industrial, transformou-se em um monumento em ruínas” (Ibid., p. 178).

Mesmo que essa alternativa extrema tenha sido abandonada, a interdição da ponte transformou drasticamente a dinâmica local. Como observa Agostinho (2008), a área, antes valorizada por representar a entrada da cidade, voltou a assumir características periféricas. Apesar de ser utilizada de forma intermitente para apresentação de circos e montagem de parques de diversão temporários, foi gradualmente caindo em estado de abandono. Entre 1993 e 1997, foi marcada por sucessivos episódios de despejos irregulares, queimadas e invasões, problema intensificado pela enchente de 1995, quando até mesmo a municipalidade passou a utilizar o local como área de despejo. Assim, apesar de sua degradação física, a área manteve certa vitalidade através de eventos culturais e artísticos, além de ocupações populares e outros usos marginalizados, inclusive por profissionais do sexo.

Foi nesse contexto de resistência que, em meados da década de 1980, surgiu um movimento cultural de caráter urbano protagonizado pela população local, ambientalistas, urbanistas e artistas (Agostinho, 2008). O grupo buscava o reconhecimento do valor público e histórico da área e da própria Ponte Hercílio Luz, aliando preservação patrimonial, lazer e contemplação. Entre as propostas estava o tombamento federal da ponte e a criação de um complexo cultural com Museu-Escola, Parque de Ciência e Arte Infantil, Concha Acústica e Observatório Natural. Apesar desses esforços, o processo de adensamento e verticalização das áreas vizinhas intensificou a valorização imobiliária da área, o que fez com que o então prefeito propusesse a sua doação onerosa para a construção de um hotel cinco estrelas, um centro de convenções e a nova sede da prefeitura. A proposta não era uma iniciativa isolada, mas parte de um conjunto de grandes projetos que visavam reposicionar Florianópolis no cenário nacional através de estratégias de *city marketing*, alinhadas a um movimento global de reestruturação urbana que se intensificou na década de 1990, como mencionado

5 O aterro destruiu o convívio cotidiano com o mar junto à praça e às ruas do centro, antes com suas balaustradas típicas e trapiches, afastando a paisagem da baía e das montanhas para longe. Introduziu-se no cotidiano da vida urbana, como um marco pretensioso da modernização, apagando os vestígios da fase portuária (Vaz, 1991, p. 70).

anteriormente. Essa proposta encontrou forte resistência dos movimentos sociais locais, evidenciando o embate entre diferentes concepções de cidade e de uso do espaço público. Como resultado, nem o hotel e o centro de convenções, nem o Parque da Luz saíram do papel (Ibid.).

O que se via, concretamente, era um lugar se deteriorando, mas ao mesmo tempo resistindo à deterioração pela ação prática de movimentos sociais como, por exemplo, as atividades programadas de apropriação coletiva dessa área que se queria como parque. O não visível era a luta que acontecia na esfera política de resistência às tentativas de privatização desse espaço público urbano. Luta para se apropriar coletivamente de um lugar público e incorporá-lo à vida cotidiana da cidade (Agostinho, 2008, p. 180).

Após esse conflito, foi criada a Associação Amigos do Parque da Luz (AAPLuz) em 1997, que se tornou a principal articuladora na defesa e preservação da área, adotando uma nova estratégia: a apropriação prática do espaço. Em parceria com outras ONGs e órgãos públicos, a Associação promoveu diversas iniciativas, como arborização, implantação de áreas de lazer e de práticas esportivas, organização de eventos, trabalhos voluntários, oficinas e projetos como o Museu Escola das Pontes, contando com os apoios da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Apesar dessas iniciativas, a área permaneceu sob ameaças de privatização e de avanço da especulação imobiliária. Tal contexto tornou significativa a decisão federal de tombar a Ponte Hercílio Luz em 1998, o que contribuiu para a sua preservação e garantiu a proteção de uma área de 1,2 milhão de metros quadrados, incluindo parte do atual Parque da Luz. Contudo, a lentidão do processo, que havia iniciado em 1982, permitiu a construção de edifícios que alteraram consideravelmente a paisagem local. Ainda, no mesmo ano do tombamento, dado os esforços da AAPLuz e de parte da classe política, o projeto de lei que propôs a criação do parque foi finalmente aprovado⁶ (Ibid.).

No que diz respeito à Ponte Hercílio Luz, é importante destacar que a sua trajetória até o tombamento acompanhou, de certa forma, os desafios enfrentados pelo Parque da Luz. Concluída em 1926, tornou-se um símbolo da modernidade para além de sua funcionalidade de ligação entre ilha e continente, representando a estética de uma cidade que procurava deixar para trás o passado colonial e abraçar o progresso tecnológico e urbano do início do século XX. Como observa Coelho (1997), ela passou a figurar em primeiro plano nos cartões postais e nas representações visuais da cidade, sendo reconhecida como um dos monumentos mais importantes não apenas de Florianópolis, mas de todo o estado de Santa Catarina. Mesmo inacessível fisicamente, mantinha sua força como referência memorial, visual, simbólica e identitária no imaginário coletivo.

Paralelamente à essa trajetória simbólica, a formalização do reconhecimento patrimonial ocorreu em etapas, com o tombamento municipal em 1992 (Florianópolis, 1992), seguido pelo estadual em 1997 (Santa Catarina, 1997) e, por fim, o federal em 1998 (Brasil, 1998). No entanto, o tombamento municipal foi marcado por controvérsias por apresentar limitações que restringiam a área de proteção a apenas dez metros dos pontos da superestrutura em cada lado da ponte, contrariando a proposta apresentada pelas técnicas responsáveis pelo processo, Betina Adams e Suzane Araújo, conforme relata Rios (2016) em entrevista com ambas em 2015. Elas criticaram a decisão da

6 A Lei Complementar nº 51/1999 passou a classificar a Área Verde de Lazer (AVL) situada na cabeceira da Ponte Hercílio Luz como parque de bairro. Alguns anos mais tarde, a Lei nº 8017/2009 alterou a denominação da área para Parque da Luz.

administração, argumentando que a proteção deveria abranger não apenas a ponte, mas também seu entorno, que representava a antiga zona portuária e o primeiro ciclo industrial da cidade. Esse conjunto compreendia as estruturas já mencionadas da Fábrica de Pontas, da Fábrica de Rendas e Bordados, do Forno Incinerador de Lixo, do Estaleiro Arataca, da Vila Operária e do Forte Santana. A ampliação da área de proteção só ocorreu de fato com os tombamentos posteriores: o tombamento estadual estabeleceu uma faixa de cem metros enquanto o tombamento federal foi ainda mais abrangente, como mencionado, garantindo a preservação de uma área significativa do entorno da Ponte. Além disso, em 2023, o IPHAN concedeu um novo reconhecimento à área, elevando-a à condição de sítio arqueológico (Brasil, 2023a).

No que se trata do conjunto portuário e fabril, Adams (2001) salienta que sua inclusão nas Áreas de Preservação Cultural (APCs) na política urbana local⁷ foi parte de uma estratégia ampla de proteção patrimonial da década de 1980, que passou a considerar não apenas edificações isoladas, mas conjuntos urbanos. Essa medida foi fundamental para garantir a salvaguarda dessas estruturas diante de um contexto de crescente pressão imobiliária e expansão urbana que ameaçavam sua integridade. As APCs ainda estavam divididas em três grandes categorias, sendo a área em estudo definida como Área Histórica (APC-1), que objetiva a “preservação do patrimônio cultural, abrangendo o arquitetônico, artístico, paisagístico, tecnológico, urbanístico, dentre outros, incluindo assentamentos, conjuntos, espaços, edificações, monumentos e objetos” (Florianópolis, 1985). O tombamento efetivo do conjunto, assim como de outros onze no centro de Florianópolis, só ocorreu no ano seguinte, através de um decreto municipal que o denominou *Conjunto X - Rita Maria* (Florianópolis, 1986). Posteriormente, em 1989, o Decreto Municipal nº 521 (Florianópolis, 1989) estabeleceu a classificação dos imóveis dessas áreas por critérios diferenciados de valor histórico, artístico e arquitetônico⁸. As edificações do conjunto Rita Maria receberam o nível de proteção P2, o que garantiu a manutenção da integridade de suas fachadas e volumetria, permitindo adaptações internas que não comprometessem sua integridade histórica. Além disso, em 2023, especificamente a Fábrica de Pontas e seu entorno imediato também foram registrados pelo IPHAN como sítio arqueológico, devido à sua relevância histórica e cultural como testemunho das atividades industriais e portuárias (Brasil, 2023b).

Embora as iniciativas institucionais e a mobilização social tenham fomentado a preservação do patrimônio material — evitando, por exemplo, a demolição de grande parte do Conjunto Portuário e Fabril Rita Maria e a doação do terreno do Parque da Luz para a execução de grandes projetos —, o desafio de manter viva a memória e a identidade associada à essa área da cidade, bem como as pessoas que fazem parte de sua história, ainda está longe de ser superado. Ao longo do tempo, as edificações do local foram ocupadas por usos variados e serviços secundários como estacionamentos, oficinas mecânicas, locadoras de veículos, templos religiosos e instalações esportivas. Mesmo que pouco valorizadas comercialmente, essas funções, intercaladas com períodos de esvaziamento, mantiveram as estruturas edificadas até a segunda década do século XXI, quando as pressões do mercado imobiliário se intensificaram novamente sobre a região.

7 As APCs são um instrumento de proteção patrimonial do Plano Diretor dos Balneários de Florianópolis de 1985: “[...] são aquelas destinadas à preservação de sítios de interesse cultural, objetivando a preservação, valorização e promoção delas” (Florianópolis, 1985).

8 Como descrito por Adams (2001), os critérios adotados foram: “antiguidade, valor arquitetônico, composição e qualidade das fachadas, elemento integrante de conjunto urbano e/ou marcante para o referencial urbano, tipicidade ou raridade regional, valor histórico ou evocativo, acessibilidade, estado de conservação, grau de descaracterização e potencial de revitalização” (Ibid., p. 124). Inicialmente foram definidas três categorias de preservação - P1, P2 e P3 - e atualmente estendidas para P4 e P5 pelo plano diretor vigente na cidade.

Essas disputas mais recentes dialogam diretamente com novas estratégias do planejamento urbano municipal e com a imagem que buscam projetar para Florianópolis. As elites políticas e econômicas locais, em seu esforço de reposicionamento territorial a partir do planejamento competitivo, já promoveram diversos slogans como *Capital com a melhor qualidade de vida* e *Vale do Silício da América Latina*, entre outros (Siqueira; Lucas, 2023). Segundo campanhas mais recentes veiculadas pelo Ministério do Turismo, além dos títulos de *Capital Turística do Mercosul* e *Cidade Criativa da Gastronomia*, a cidade é famosa por suas belas praias e sua capacidade de conciliar o antigo e o novo em harmonia (Brasil, 2022, p. 39). Essa narrativa, que destaca a coexistência harmônica entre os traços históricos e o desenvolvimento, expõe o anseio de qualificação urbana para atender a uma demanda imposta pelo capital turístico e imobiliário ao mesmo tempo que encobre suas tensões e contradições.

Nesse contexto, a reabertura da ponte⁹, em dezembro de 2019, foi um evento significativo que foi acompanhado por intervenções que reconfiguraram seu entorno, começando por melhorias no Parque da Luz (Culleton, 2019a, 2019b) e na área de estacionamento, que agora é administrada por uma empresa privada (De olho na Ilha, 2023). Essas ações incluíram a criação de novos pontos de exploração comercial, a instalação de um posto policial, um centro de atendimento ao turista e banheiros públicos (Gadotti, 2021). Quem caminha pelo local percebe que as calçadas e as vias de contorno do parque também receberam nova pavimentação, uma faixa exclusiva para ciclistas, canteiros verdes e nova sinalização viária. Além disso, foram instalados novos mobiliários públicos como bancos, lixeiras, suportes para bicicleta, suportes para *outdoor* e iluminação.

Ainda, as intervenções parecem ter alterado também o perfil de uso do espaço, atraindo um novo público fortemente interessado na experiência cultural, na vista privilegiada da Ponte Hercílio Luz, do mar e do continente, e na área verde oferecida pelo Parque da Luz. Esse cenário tornou-se palco frequente de eventos que, embora já existissem com um caráter mais local e comunitário, ganharam maior intensidade após as mudanças descritas e seguem uma nova cultura urbana, como o cinema no parque, os festivais de música, as feiras de arte e design e oficinas de yoga, entre outros.

Paralelamente, em janeiro de 2022, inaugurou um complexo comercial que ganhou o nome de *Armazém Rita Maria*, passando a ocupar os galpões das antigas fábricas de Pontas Rita Maria e de Gelo e incorporar elementos históricos do local ao projeto contemporâneo, como os antigos trilhos. Além disso, o empreendimento aproveitou áreas remanescentes do terreno, ainda não ocupadas, para erguer três torres que variam entre dois e doze pavimentos destinados ao uso corporativo e comercial. O complexo também inclui uma praça semi-pública que conecta as edificações independentes e uma outra edificação tombada que foi transformada em um bistrô e bar. Nas palavras de Coelho (2022):

Os seis galpões, que contam 125 anos de história, abrigam um *mix* de empório gourmet, restaurantes, cafeteria, galeria de arte, lojas de moda e *home décor*, *mini market*, além de um *biergarten* [...] Inspirado no *Chelsea Market*, de Nova York, onde funcionava a antiga Fábrica da Nabisco até 1922, o Armazém reeditou um ícone de modelo arquitetônico fabril onde funcionavam as fábricas de gelo e pregos, trazendo uma pegada cosmopolita, vanguardista e histórica (Ibid.).

⁹ A ponte foi reaberta, após reformas, em 30 de dezembro de 2019. Atualmente recebe tráfego de ônibus, automóveis, ciclistas e pedestres durante os dias úteis, enquanto que, aos finais de semana, é permitida a circulação apenas de pedestres e ciclistas.



A comparação com o *Chelsea Market* e a Fábrica da Nabisco revela uma tentativa de replicar, sob o verniz do resgate histórico, um modelo de desenvolvimento urbano que, como exemplifica Ocejo (2019) ao analisar aquele projeto em específico, já se mostrou excludente e elitista. Respeitadas as devidas proporções¹⁰, o Armazém Rita Maria, assim como seu irmão nova-iorquino, corre o risco de reproduzir a tendência anteriormente discutida neste artigo de reconverter antigas instalações industriais em espaços de comércio, cultura e lazer de alto padrão, apropriando-se de sua estética industrial como elemento central.

Dez meses depois, foi a vez do *Top Market* abrir as portas. O *street mall*, uma outra importação americana, passou a ocupar os galpões da antiga Fábrica de Rendas e Bordados e a oferecer mais de 20 operações gastronômicas, de comércio e de serviços, como supermercado, restaurantes, cafés, *wine bar*, *sports bar*, espaço *kids*, além de um casarão de eventos sociais e corporativos (ND Mais, 2025). Segundo o modelo do empreendimento anterior, o *Top Market* também utilizou as áreas remanescentes do terreno para erguer edifícios em altura, dessa vez para *studios* e apartamentos de um e dois quartos (Topvision, 2025). Esses imóveis, conforme verificado em uma busca em portais como *AirBnb* e *Booking*, costumam ser frequentemente anunciados para locação por temporada. O projeto, apresentado como uma solução completa para quem busca *qualidade de vida*, reúne ingredientes que parecem ter contribuído para inflar o preço dos imóveis e que podem, potencialmente, contribuir para processos de elitização¹¹.

¹⁰ O *Chelsea Market*, localizado próximo do *Meatpacking District*, zona oeste de Manhattan, em Nova York, tem uma área comercial de mais de 20.000 m². O complexo do Armazém Rita Maria, por outro lado, tem cerca de 2.000 m².

¹¹ Dados obtidos através de consulta ao portal ZAP Imóveis (fevereiro/2025) indicavam valores de comercialização na ordem de R\$ 27.045,00/m² para unidades residenciais do complexo *Top Market*, enquanto os bairros de maior valorização da cidade, Agronômica e Córrego Grande, apresentavam média de R\$ 14.039,00/m² e R\$ 12.758,00/m², respectivamente. A média geral do município situa-se em R\$ 11.845/m² [dados correspondentes a janeiro/2025, de acordo com o índice Fipezap (Fipe, 2025)]. Ressalta-se a necessidade de estudos aprofundados para análises conclusivas acerca da valorização

Figura 3 - Perspectiva da área em estudo, 2011. Fonte: Google Earth, 2024. Corrigida e adaptada pelos autores.



Para além das alterações físicas e econômicas, também é fundamental ressaltar o impacto que a transformação dessas edificações e seus entornos pode exercer sobre as memórias associadas ao trabalho operário e à identidade desse grupo social, uma questão já levantada neste artigo e reforçada por Gonçalves (2024) ao abordar o trabalho fabril, o movimento operário e o patrimônio industrial em Florianópolis. Algumas dessas lembranças foram documentadas pelo trabalho conduzido por Müller e Matos (2022) através de entrevistas realizadas com mulheres trabalhadoras da Fábrica de Rendas e Bordados. Nesse contexto, a transformação dos espaços que outrora testemunharam histórias e constituíram o cotidiano dessas pessoas em empreendimentos de consumo e lazer de alto padrão pode resultar no apagamento gradual dessas memórias.

Enquanto essas questões permanecem em segundo plano, empreendimentos têm se multiplicado na região. Pela mídia local, isso é enfatizado através de manchetes como o “entorno da Ponte Hercílio Luz se valoriza e vira ‘desejo’ de empreendimentos em Florianópolis” (ND Mais, 2023) ou “um projeto de primeiro mundo ao lado de um visual de encher os olhos” (Ramos, 2023). Na avaliação de Loureiro (2023), a área vem se tornando uma das mais valorizadas da capital, o que está impulsionando a implementação de projetos de complexos gastronômicos, condomínios residenciais e comerciais. Incorporadoras estão investindo em projetos considerados de “primeiro mundo” (Ramos, 2023) ou de “alto padrão” (Loureiro, 2023). Eles viriam para “coroar uma área nobre da cidade”, acompanhando “tendências ao redor do mundo”, através da “mistura do comercial e residencial, planejado com áreas abertas e restaurantes para atender ao público” (Ramos, 2023). Além de “acompanhar tendências”, é enfatizado que alguns desses projetos ainda são assinados por “escritórios renomados” internacionais (Dimas, 2023).

Finalmente, e em contraponto à instrumentalização do patrimônio como parte da narrativa mercadológica, um outro evento chamou a atenção em 2024. O Estaleiro do

imobiliária local e do perfil de residentes.

Arataca que, apesar de seu aspecto de ruína, representava um importante território de resistência e transgressão (Freitas; Fiorin, 2023), foi demolido sob a justificativa de que oferecia riscos de desabamento e de proliferação de doenças. A decisão ocorreu após um longo processo acompanhado pelo Ministério Púlico de Santa Catarina (MPSC, 2024). Relacionado ou não à intensa pressão imobiliária sobre a área, este episódio alimenta ainda mais questionamentos que perpassam as questões discutidas neste artigo: estariam o patrimônio e as memórias que não se encaixam nos moldes da crença e da espetacularização urbana condenados ao seu apagamento sistemático? Quais lugares e quais grupos sociais são incluídos nas cidades contemporâneas e em seus projetos de revitalização?

Considerações finais

É inegável que as transformações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais experimentadas pelas cidades contemporâneas provocam alterações profundas em seus espaços, nos seus usos e nos significados a eles atribuídos. Enquanto as políticas de preservação avançam no sentido do reconhecimento e fortalecimento das identidades sociais sustentadas pelo patrimônio cultural, despontam as tensões acerca de sua integração a novos contextos históricos. As discussões trazidas neste artigo evidenciam a complexidade da preservação do patrimônio industrial e das memórias associadas a ele diante de uma tendência global de sua instrumentalização para fins econômicos. Parte-se de uma perspectiva de que reabilitação dessas estruturas, embora necessária do ponto de vista de sua própria sustentabilidade e integração ao tecido urbano local, precisa adotar uma abordagem que vá além da valorização estética e comercial, garantindo uma proteção não apenas dos seus invólucros, mas também das narrativas históricas e sociais que lhes conferem significado, razão primeira de seu próprio reconhecimento como lugar de memória. Sua compreensão como vestígio material, sem conexão direta com o cotidiano urbano e com as pessoas que fizeram e fazem parte de sua história, espetacularizado dentro de uma cultura de consumo e entretenimento, tende a fomentar processos de elitização e de segregação socioespacial.

Ao abordar o caso de Florianópolis, ficam evidentes também os impactos de ciclos de investimento e desinvestimento no entorno da Ponte Hercílio Luz e nos antigos bairros Estreito e Rita Maria. Em um contexto mais amplo, embora o tombamento e a patrimonialização tenham sido fundamentais para a salvaguarda dos lugares de memória da capital catarinense, à medida que os empreendimentos *diferenciados* se multiplicam na cidade, é possível identificar uma seleção do que deve ser preservado e incorporado como pano de fundo estético e cultural da Florianópolis contemporânea. Para o caso específico, por um lado, após disputas e tensões, os investimentos públicos na ponte restaurada e no parque renovado foram acompanhados por empreendimentos privados na forma de complexos gastronômicos e torres residenciais e corporativas que utilizam do patrimônio industrial e de projetos de *primeiro mundo*. Por outro, as materialidades, as pessoas e as memórias que não servem à lógica do consumo e do turismo são colocadas em segundo plano, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas políticas de patrimonialização diante de uma realidade regida fortemente por interesses seletivos e investimentos privados. Nesse sentido, é fundamental que as práticas de preservação dialoguem de forma equilibrada com as demandas contemporâneas, mas sem perder de vista a função social tanto do patrimônio histórico quanto das cidades. Para que não seja apropriado por projetos elitistas, destaca-se a necessidade de estreitar relações entre as áreas de planejamento urbano e preservação, explorando estratégias que garantam diversidade de vozes, usos e interesses na preservação do patrimônio cultural e no desenvolvimento urbano de forma mais ampla.

Referências

- ADAMS, Betina Maria. *O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- AGOSTINHO, Maria da Graça. *Espaço Público Urbano e Cidadania nas Cidades Contemporâneas: O Caso do Parque da Luz em Florianópolis/SC*. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 11-74.
- ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLL, Astrid; NUNNING, Ansgar. *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Nova York: De Gruyter, 2008. p. 109–118.
- BARBER, Lachlan. Capitalizing on culture in flagship heritage initiatives: Transforming Hong Kong's Police Married Quarters into "PMQ". *City, Culture and Society*, [S. l.], v. 21, p. 1-7, 2020.
- BERGERON, Louis; DOREL-FERRÉ, Gracia. *Le patrimoine industriel: un nouveau territoire*. Paris: Liris, 1996.
- BRASIL. *Cidades criativas do Brasil*. 2022. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AjN2E>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Registro de sítio arqueológico*. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Y0HeA>. Acesso em: 24 jan. 2023a.
- BRASIL. *Registro de sítio arqueológico*. 24 jan. 2023b. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/81zLP>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BRASIL. *Tombamento*. 5 ago. 1998. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/RK4yV>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Cities and the Geographies of "Actually Existing Neoliberalism". In: BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. *The Urbanization of Neoliberalism: Theoretical Debates*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p. 349-379.
- CARTA DE SEVILLA DE PATRIMONIO INDUSTRIAL. 2019. Online. Disponível em: <https://tccih.org/sevilla-charter-of-industrial-heritage/>. Acesso em: 7 fev. 2025.
- CASTRIO, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- COELHO, Leonardo. *Floripa se encontrou na inauguração do Armazém Rita Maria; veja as fotos*. NSC Total, Florianópolis, 29 jan. 2022. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ZjBm>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- COELHO, Márcio César. *Moderna Ponte Velha: Imagem & Memória da Ponte Hercílio Luz*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- COSTA, Everaldo Batista da. Intervenções em centros urbanos no período da globalização. *Revista Cidades*, [s. l.], v. 9, n. 16, p. 86-117, 2012.
- CULLETON, Billy. *Parque da Luz ganha inédita iluminação no seu interior*. Floripa Centro, Florianópolis, 24 maio 2019a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EB98r>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- CULLETON, Billy. *Parque da Luz recebe melhorias: calçamento de caminho interno e revitalização da praça infantil*. Floripa Centro, Florianópolis, 24 dez. 2019b. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/7RNZ2>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- DE OLHO NA ILHA. *Multipark anuncia melhorias e revitalização do estacionamento no Parque da Luz*. 25 set. 2023. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SbfaV>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- DIMAS. *Escritório renomado assina novo projeto da Dimas Construções em frente ao Parque da Luz*. ND Mais, Florianópolis, 9 jun. 2023. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DIMhm/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- ESCOBEDO, David Navarrete. Turismo gentrificador en ciudades patrimoniales. Exclusión y transformaciones urbano-arquitectónicas del patrimonio en Guanajuato. *Revista Invi*, [s. l.], v. 32, n. 89, p. 1260-1266, 2017.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. O último apito: patrimônio industrial, memória e esquecimento. In: MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio. *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 95-116.
- FIPE. Índice Fipezap Venda Residencial: Informe de Janeiro de 2025. São Paulo, 2025. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9cfHT>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. *Decreto nº 270 de 1986*. 1986.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. *Decreto nº 521 de 1989*. 1989.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. *Decreto nº 637 de 1992*. 1992.
- FLORIANÓPOLIS. Prefeitura de Florianópolis. *Lei nº 2.193, de 03 de janeiro de 1985*. 1985.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- FREITAS, Djonatan; FIORIN, Evandro. A ruína como resistência em Florianópolis. *Pixo*, [s. l.], v. 7, n. 24, p. 248-261, 2023.
- GADOTTI, Fabio. *Entorno da cabeceira insular da ponte Hercílio Luz passa por obra de revitalização*. ND Mais, Florianópolis, 7 out. 2021. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/m3Lbm>. Acesso em: 26 ago. 2024.

GEVEHR, Daniel Luciano; BERTI, Franciele. Gentrificação: uma discussão conceitual. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 85-107, 2017.

GONÇALVES, Janice. Trabalho fabril, movimento operário e patrimônio industrial em Florianópolis: roteiros e percursos. *Revista Confluências Culturais*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 145-164, 2024.

GREVSTAD-NORDBROCK, Ted; VOJNOVIC, Igor. Heritage-fueled gentrification: A cautionary tale from Chicago. *Journal of Cultural Heritage*, [s. l.], v. 38, p. 261-270, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008b.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo contemporâneo? *RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura*, [s. l.], p. 32-39, 2008.

JEUDY, Henri-Pierre. Reparar: uma nova ideologia cultural e política? In: JAQUES, Parola Berenstein; JEUDY, Henri-Pierre. *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 13-24.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Arq.Urb*, [s. l.], n. 2, p. 23-30, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões. In: MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio. *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 13-40.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEES, Loretta. *Handbook of Gentrification Studies*. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

LOUREIRO, Valeska. *Novos empreendimentos reforçam a revitalização no entorno da ponte Hercílio Luz*. ND Mais, Florianópolis, 2 out. 2023. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yPdES>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços do trabalho, lugares do trabalhador. In: MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio. *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 91-94.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: *ANAIIS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE*, [s. l.], 2013. p. 1819-1834.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. *Cadernos Metrópole*, [s. l.], v. 16, n. 32, p. 437-460, 2014.

MPSC. *Após pedido do MPSC, Estado inicia demolição do estaleiro Arataca, em Florianópolis*. Florianópolis, 13 ago. 2024. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/VD9lt>. Acesso em: 22 fev. 2025.

MÜLLER, Letícia Morgana; MATOS, Felipe. *Memórias Operárias: Lembranças de mulheres trabalhadoras da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke (1946-1972)*. Florianópolis: Ed. dos Autores, 2022.

ND MAIS. *Entorno da ponte Hercílio Luz se valoriza e vira 'desejo' de empreendimentos em Florianópolis*. ND Mais, Florianópolis, 6 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/z8s8m>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ND MAIS. *Top Market: gastronomia e lazer em um dos principais street malls de Florianópolis*. Florianópolis, 22 jan. 2025. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/PrAKQ>. Acesso em: 22 fev. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OCEJO, Richard. Gentrification and Urban Inequality. In: WHERRY, Frederick; WOODWARD, Ian. *The Oxford Handbook of Consumption*. Nova York: Oxford University Press, 2019.

PALACIOS, Marco Antonio Valencia. ¿Gentrificación en zonas patrimoniales? Estudio de cinco casos en Santiago de Chile. *Revista Invi*, [s. l.], v. 34, n. 95, p. 71-99, 2019.

PALMER, Marilyn; NEAVERTON, Peter. *Industrial Archaeology: Principles and Practice*. Londres: Routledge, 1998.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [s. l.], n. 70, p. 183-204, 2004.

RAMOS, Clayton. *Um projeto de primeiro mundo ao lado de um visual de encher os olhos*. SCC 10, Florianópolis, 26 jul. 2023. Online. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4jGFa>. Acesso em: 26 ago. 2024.

RIOS, Hellen Martins. "Preserve" ou "Deixe Ruir"? Processo de patrimonialização da Ponte Hercílio Luz (Florianópolis - SC). 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. In: *ANAIIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, [s. l.], 2011. p. 1-14.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Cobrasma, Osasco: a história pública e o patrimônio industrial como experiência na memória de seus trabalhadores. In: MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio. *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 129-150.

SANTA CATARINA. Governo de Santa Catarina. *Decreto nº 1.830, de 13 de maio de 1997*. 1997.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. O Patrimônio Industrial no Brasil no Século XXI: um estudo bibliométrico do estado da arte. *Labor & Engenho*, [s. l.], v. 13, p. 1-13, 2019.

SIQUEIRA, Marina Toneli. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, [s. l.], v. 16, p. 391-416, 2014.

SIQUEIRA, Marina Toneli; LUCAS, Aleph Tonera. Nem tudo o que reluz é ouro: Florianópolis e o urbanismo competitivo. *Cadernos Metrópole*, [s. l.], v. 28, n. 57, p. 319-442, 2023.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação Silenciosa: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área Conurbada de Florianópolis*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TOPVISION. *Top Vision - Residence - Tower - Street Mall - Florianópolis*. 2025. Online. Disponível em: <https://www.topvision.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 75-104.

VAZ, Nelson Popini. *O centro histórico de Florianópolis: O espaço público do ritual*. Florianópolis: UFSC, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

WEISSHEIMER, Maria Gerina. Patrimonialização e gentrificação: causa e consequência? O bairro do Marais, em Paris. In: *ANAIIS DO MUSEU PAULISTA: ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL*. 2022. v. 30, p. 1-64.

WILLIM, Robert. *Industrial Cool: Om Postindustriella Fabriker*. Lund: Humanistiska fakulteten, Lunds universitet, 2008.

ZUKIN, Sharon. *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1982.